

NEUTRALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS: PERCEÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INÊS SANTOS*

ANA LÚCIA TERRA**

LILIANA ESTEVES GOMES***

Resumo: Os sistemas de classificação apresentam, por um lado, as fragilidades que refletem o pensamento de um determinado contexto socioeconómico, cultural e político da época em que foram criados, e por outro temos as convicções e visões do mundo por parte dos bibliotecários que os usam profissionalmente. O objetivo geral desta investigação é auscultar a percepção dos bibliotecários da Universidade de Coimbra relativamente à neutralidade na representação de assuntos. A metodologia adotada compreendeu a revisão de literatura e um inquérito por questionário. Dos resultados obtidos destaca-se: i. a maioria dos bibliotecários considera que a neutralidade pode contribuir para a imparcialidade e inclusão na representação de assuntos e defendem a sua abordagem na formação superior; ii. todos consideram que a neutralidade é ser imparcial e neutro. Este estudo pretende contribuir para o debate sobre a relevância da neutralidade na catalogação, propondo uma reflexão sobre as práticas vigentes e os desafios éticos.

Palavras-chave: Sistemas de Classificação do Conhecimento; Representação de assuntos; Neutralidade; Perspetiva dos bibliotecários.

Abstract: On the one hand, classification systems have weaknesses that reflect the thinking of a particular socioeconomic, cultural and political context of the time in which they were created, and on the other hand, we have the convictions and worldviews of the librarians who use them professionally. The general aim of this research is to find out how librarians at the University of Coimbra perceive neutrality in the representation of subjects. The results obtained highlight the following: i. most librarians believe that neutrality can contribute to impartiality and inclusion in the representation of subjects and advocate its approach in higher education; ii. all consider that neutrality means being impartial and neutral. This study aims to contribute to the debate on the relevance of neutrality in cataloguing, proposing a reflection on current practices and ethical challenges.

Keywords: Knowledge Classification Systems; Subject representation; Neutrality; Librarians' perspective.

* Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20. Email: ines.santos@student.fl.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0745-5799>.

** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20. Email: anaterra@fl.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>.

*** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20. Email: liliana.gomes@fl.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3786-2942>.

INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) têm sido objeto de críticas de diferentes perspetivas (Martinez Avila e Guimarães 2013), Hadi (2019) apontou críticas como problemas decorrentes do preconceito, das categorizações dicotómicas, de visões do mundo muito específicas, da falta de precisão terminológica, da polissemia e do uso indiscriminado do politicamente correto nas representações de assuntos. Já em 2020, Hjørland (2020) afirmava que quando se analisa sistemas de classificação há duas visões que chocam entre si, as questões epistemológicas e as de neutralidade. Quanto à epistemologia, os documentos a serem classificados foram produzidos por pessoas influenciadas pela sua visão do mundo, já em relação à neutralidade os documentos a serem classificados estão sujeitos à visão do mundo de quem os vai classificar. Ademais, esses sistemas carregam um grande poder, pois acabam por influenciar como o utilizador vê um determinado assunto (Higgins 2016).

Quando se aborda os sistemas de classificação, não podemos ignorar o facto de se basearem no princípio da garantia literária que tende a reproduzir as estruturas de poder que marginalizam determinadas comunidades e/ou ideias (Higgins 2016). Do mesmo modo, os objetos aos quais os sistemas de classificação vão ser aplicados são produto e reflexo do seu contexto histórico, veiculando discursos que não são neutrais. Isto é claramente visível, por exemplo, nos títulos das obras que podem, por um lado, incluir termos pejorativos para uma determinada parte da sociedade e, por outro, incluir termos vagos (Martin 2021).

Um sistema de classificação que está sujeito a várias críticas é a Classificação Decimal de Dewey. Uma das primeiras críticas foi a do matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, que, na primeira metade do século XX, descreveu as deficiências desse sistema e posteriormente as contrastou com a sua Classificação de Colón (Ranganathan 1937). Outra famosa crítica foi a declaração de Foskett relativamente aos preconceitos refletidos nos sistemas (Foskett 1971). Em 1971, Berman apontou que a Lista de Cabeçalhos por Assunto da Biblioteca do Congresso (*Library of Congress Subject Headings*) representava um ponto de vista racista (Berman 1971).

As críticas supracitadas representam o pensamento do século XX, todavia estudos mais recentes, como os de Drabinski (2013), Diao e Cao (2016), Adler (2017), Chaikhambung e Tuamsuk (2017), Colbert (2017), Adler e Harper (2018), Billey e Drabinski (2019) e Dudley (2020), descrevem alguns vieses presentes nos sistemas de classificação. Desta forma, conseguimos perceber que ao longo dos anos, os estudos sobre os vieses dos sistemas de classificação foram aumentando, o que demonstra a sua pertinência e atualidade, permitindo refletir sobre como os assuntos estão representados nos catálogos das bibliotecas bem como impulsionar melhores práticas na representação de assunto e na organização do conhecimento, num sentido mais lato.

Um exemplo dos vieses nos sistemas de classificação está presente na obra de Higgins (2016) quando examinou o termo «asiático-americano» em todas as edições da Classificação Decimal de Dewey. A partir da sua análise, o autor chegou à conclusão de que o termo estava associado à ideia de estrangeiro perpétuo, isto é, não importa quanto tempo vivam nos Estados Unidos da América (EUA), os membros desta comunidade serão sempre vistos como estrangeiros. Outro exemplo é como a homossexualidade está refletida na Classificação Decimal Universal, o conceito aparece associado a termos como desvio sexual, higiene sexual, prostituição, anormalidades psicossexuais e ninfomania (Vicente et al., 2024).

Todas estas críticas em torno dos sistemas de classificação, seja ele qual for, são em torno da falta de precisão e respeito em organizar assuntos sobre grupos sociais que carecem de poder social e político, inserem-se num movimento designado catalogação crítica (*critical cataloguing*), de origem anglo-saxónica. Este movimento desafia a ideia de que um sistema de organização do conhecimento é estável, universal e objetivo (Drabinski 2013). No entanto, uma reorganização completa dos conceitos, e dos termos que os representam, de acordo com a conveniência de qualquer um desses grupos significaria não só um problema de interoperabilidade como uma tarefa enorme para as bibliotecas em termos de reclassificação e de custos (Martinez Avila e Guimarães 2013). Para Edge (2019), a solução para esta fragilidade é a ideia de combinar ontologias específicas com catálogos de bibliotecas de forma a tornar o conteúdo acessível e compreensível.

Se, por um lado, temos as fragilidades dos sistemas de classificação, que refletem o pensamento de um determinado contexto socioeconómico e político da época em que foram criados, por outro temos as convicções e visões do mundo por parte do bibliotecário. Então, onde fica a neutralidade que está presente nos códigos de ética? Por exemplo, no Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação, entende-se que o bibliotecário deve adotar uma postura imparcial em relação à coleção bem como evitar que as suas convicções pessoais interfiram na tomada de decisão no momento da classificação (International Federation of Library Associations and Institutions 2019).

A neutralidade é frequentemente mencionada na literatura científica como um valor central nas práticas dos bibliotecários (McEnroe 2024). Wenzler (2019) e Dudley e Wright (2022) abordam o conceito de neutralidade como uma oportunidade de promover todos os pontos de vista de forma igualitária e consequentemente contribui para a preservação democrática e liberdade intelectual.

Para McPherson et al. (2019), Froehlich (2022) e Gillis (2023), a neutralidade apoia as ideologias dominantes da sociedade, como sejam o reforço ao racismo, a exclusão de minorias religiosas, entre outros, acabando por destruir um dos valores centrais da sociedade — a democracia. Desta forma, a atividade humana está sujeita aos valores,

princípios e visões do sujeito (McEnroe 2024). Os próprios códigos de ética começaram recentemente a afastar a ideia de neutralidade na catalogação, como é o caso no Código de Ética de Catalogação de 2021 onde se explicita que nem a catalogação nem os catalogadores são neutros (Cataloging Ethics Steering Committee 2021).

Na mesma linha de raciocínio, Scott e Saunders (2021) e Wenzler (2019) abordam a crítica da neutralidade a partir de três vertentes: (1) uma postura de imparcialidade prejudica a capacidade dos bibliotecários defenderem os direitos sociais. A neutralidade encoraja a covardia moral; (2) a neutralidade é um mito que esconde o preconceito. Os que defendem a neutralidade nas bibliotecas ignoram as forças que moldam o nosso mundo social; (3) a neutralidade diminui a importância dos bibliotecários, uma vez que respostas neutras a questões como casamento gay podem colocar em risco a relevância a biblioteca na sociedade contemporânea.

Esta questão da neutralidade apresenta um desafio interessante evidenciado por Gibson et al. (2017), a construção de uma biblioteca como uma entidade neutra limita o trabalho que é necessário para fornecer um acesso responsável, equitativo e inclusivo à informação, desenvolvimento de competências, conversas comunitárias e outros serviços de biblioteca para uma comunidade que lida com as agitações sociais. Nesta linha de raciocínio, outro desafio para os bibliotecários é fornecer ferramentas de acesso que minimizem os danos causados pelos sistemas de classificação bibliográficos, já que estes refletem a realidade, e essa realidade é tendenciosa, injusta e cheia de contradições (Oltmann et al. 2023).

1. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Existe pouca literatura científica que explore especificamente a implementação da neutralidade por parte dos bibliotecários académicos (McEnroe 2024). Atendendo a esta lacuna, a pergunta de investigação desta pesquisa é: qual é a percepção dos bibliotecários da Universidade de Coimbra (UC) relativamente à neutralidade na representação de assuntos?

A pesquisa apoia-se num paradigma interpretativista, o qual destaca a importância de reconhecer a diversidade da experiência humana e a ideia de que múltiplas realidades igualmente válidas podem coexistir, dependendo das perspetivas dos envolvidos (Pretorius 2024). Quanto ao modo de abordagem, a pesquisa é de tipo qualitativo e relativamente ao objetivo geral, trata-se de um estudo exploratório. Considerando o universo temático e o eixo de estudo apresentado, bem como a questão de pesquisa, o objetivo geral da investigação é auscultar a percepção dos bibliotecários da UC relativamente à neutralidade na representação de assuntos. Como objetivos específicos estabeleceu-se: (1) analisar os vieses referentes aos SOC, com foco nos Sistemas de Classificação; (2) compreender o papel da neutralidade na representação de assuntos; (3) descrever a percepção dos bibliotecários da UC face à neutralidade na representação de assuntos.

Para a pesquisa de informação que sustentou o enquadramento teórico e a análise dos resultados, foram selecionadas as bases de dados Web of Science (WoS) e Library & Information Science Source (LIS). Relativamente à recuperação da informação, as equações de pesquisas utilizadas foram: i) «ethics in cataloging» AND «neutrality» AND «classification systems»; ii) «knowledge classification system» AND («neutrality» OR «bias» OR «slants»), iii) «critical cataloging», AND («Universal Decimal Classification» OR «UDC»). Os resultados foram refinados com: a) filtros rápidos: acesso livre; b) línguas: português, inglês, francês e espanhol. A pesquisa foi realizada no período temporal compreendido entre fevereiro e março de 2025.

Numa segunda fase, foi feita a seleção de textos, a partir da leitura e análise dos títulos, das palavras-chave e dos resumos. Assim, foi possível excluir os textos que, pelo teor do seu conteúdo, não contribuem para responder à pergunta de investigação. Os critérios de inclusão foram os seguintes: a) documentos cujo conteúdo incida sobre o papel da neutralidade na catalogação bem como as fragilidades dos sistemas de classificação; b) exame das respetivas referências bibliográficas. Já o critério de exclusão foi o seguinte: a) o conteúdo não abordava os vieses dos sistemas de classificação.

No que respeita ao estudo de caso, foi realizado um inquérito por questionário aos bibliotecários da UC com formação superior na área Ciência da Informação ou Ciências Documentais. Os resultados obtidos foram analisados à luz da revisão da literatura, com ênfase para os textos onde se apresentam resultados de questionários aplicados a bibliotecários sobre a mesma matéria ou assuntos correlatos. Nos casos em que a pergunta do nosso questionário deriva de um trabalho anterior, fez-se uma comparação direta com esse trabalho, seguindo o esquema apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Estrutura do questionário

Bloco da Questão	Questão	Fonte	Objetivo
Conhecimento sobre Códigos de Ética	Indique, por favor, o seu grau de conhecimento (1: desconheço totalmente — 5: conheço muito bem) sobre os seguintes códigos de ética:	Baseada em: Luo (2016); Kendrick e Leaver (2011); Baumann (2019)	Apurar o grau de conhecimento da população inquirida relativamente aos códigos de ética e a sua aplicabilidade
	Considera que os Códigos de Ética fornecem orientações suficientes para lidar com dilemas éticos do seu contexto profissional?	Baseada em: Snow e Shoemaker (2020); CannCasciato (2011); Moody (2020)	
	Indique o grau de importância (1: nada importante — 5: muito importante) para as bibliotecas que atribui a cada um dos seguintes valores.	Baseada em: Dole, Hurych e Koehler (2000); Dole e Hurych (2001); Keselman, Smith e Hundal (2014); McEnroe (2024)	

(continua na página seguinte)

Bloco da Questão	Questão	Fonte	Objetivo
Neutralidade na representação de assuntos	Como define neutralidade?	Baseada em: McEnroe (2024); Scott e Saunders (2021)	Analizar a percepção da população inquirida sobre os desafios éticos no momento da representação de um determinado assunto
	Indique, por favor, o grau de concordância com as seguintes afirmações:	Baseada em: Mathiasson e Jochumsen (2023); Wenzler (2019)	
	Identifique o que considera serem as principais dificuldades para concretizar a neutralidade na representação de assunto (indexação e classificação)	Baseada em: Martin (2021); Olson (2009); Gibson et al. (2017)	
	Na sua opinião, qual é o papel da representação do assunto (indexação e classificação) na promoção da justiça social e da equidade?	Baseada em: Del Mar (2021)	
	A biblioteca à qual pertence já recebeu solicitações de utilizadores para reclassificar/reindexar temáticas que eles consideram estar representados de modo ofensivo? Se for o caso, por favor, exemplifique.	Baseada em: Martin (2021)	
	Já modificou conscientemente uma entrada no catálogo para torná-la mais inclusiva?	N/A	
	A biblioteca tem ou tenciona adotar alguma estratégia para lidar com os enviesamentos dos sistemas de classificação? Em qualquer caso, por favor, explique a opção.	Baseada em: Edge (2019)	
	Na sua prática profissional ao nível da representação de assunto, incluindo indexação e classificação, como equilibra a objetividade e a precisão com questões culturais e sociais sensíveis (por exemplo, representação de minorias étnicas e religiosas ou ideologias políticas)? Se possível, por favor, exemplifique com situações práticas que tenham ocorrido	N/A	
	Na sua opinião, os sistemas de classificação atuais (no caso da UC, a Classificação Decimal Universal) são adequados para representar a diversidade de conhecimento e perspectivas globais? Na sua resposta, por favor, identifique a versão da CDU que usa.	Baseada em: Martinez Avila e Guimarães (2013); Pena (2022)	

(continua na página seguinte)

Bloco da Questão	Questão	Fonte	Objetivo
Desenvolvimento académico e profissional	Na sua opinião, refletir sobre os aspectos éticos da representação de assunto deveria receber mais atenção na formação de novos bibliotecários? Por favor, fundamente a sua resposta.	Baseada em: Kendrick e Leaver (2011); Schroeder e Hollister (2014); Evjen (2021)	Aferir a opinião dos inquiridos sobre a importância deste tema na formação
	Costuma frequentar ações de formação profissional (workshops, seminários, etc.) relacionadas com aspectos éticos da profissão, em especial na área da representação de assunto?	N/A	
Dados Demográficos	Qual é a sua faixa etária?	N/A	Conhecer a população inquirida
	Qual é o seu nível mais elevado de formação académica?		

Fonte: Elaborado pelas autoras

No universo de 38 profissionais com formação superior em Ciência da Informação ou Ciências Documentais obtivemos 18 respostas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 47,4%. A maioria, cerca de 7 (38,9%) dos respondentes encontram-se na faixa etária dos 61-70 anos, seguido da faixa etária dos 41-50 anos com 4 (22,2%). Destes, 10 (55,6%) possuem formação inicial (Licenciatura, Pós-Graduação), enquanto 8 (44,4%) possuem formação avançada (Mestrado, Doutoramento).

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se, agora, os resultados preliminares deste estudo, cujos dados do questionário se encontram depositados no repositório Zenodo.

O propósito da primeira questão é perceber o grau de conhecimento dos bibliotecários da UC relativamente a sete códigos de ética, usando uma escala de Likert (1-5). O Código de Ética da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) apresenta a média de Likert mais elevada (2,8), seguido de muito perto pelo Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação, com média de 2,7 (cf. Tabela 2).

A literatura científica demonstra que os códigos de ética não são frequentemente consultados. No estudo de Luo (2016), apenas 25% dos bibliotecários americanos relataram usar o código de ética da American Library Association (ALA) para lidar com questões éticas, apesar de 64% deles estarem familiarizados com ele. Já no estudo de Kendrick e Leaver (2011), os autores indicam que muitos bibliotecários não estão

Tabela 2. Grau de conhecimento sobre os códigos de ética

	Média (N)	Moda (N)	1	2	3	4	5
			N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Código de Ética da BAD	2,8	1 e 4	5 (27,8)	2 (11,1)	4 (22,2)	5 (27,8)	2 (11,1)
Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação	2,7	3	5 (27,8)	2 (11,1)	6 (33,3)	3 (16,7)	2 (11,1)
Código de Ética do International Council on Archives (ICA)	1,7	1	9 (50)	6 (33,3)	3 (16,7)	0 (0)	0 (0)
Código de Ética da American Library Association (ALA)	2,2	1 e 3	6 (33,3)	4 (22,2)	6 (33,3)	2 (11,1)	0 (0)
Código de Ética do Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP)	1,6	1	10 (55,6)	6 (33,3)	1 (5,6)	1 (5,6)	0 (0)
Código de Ética da The Australian Library and Information Association (ALIA)	1,4	1	11 (61,2)	6 (16,7)	1 (5,6)	0 (0)	0 (0)
Cataloguing Code of Ethics (ALA)	2,1	1	7 (38,9)	4 (22,2)	6 (33,3)	1 (5,6)	0 (0)

Fonte: Elaborado pelas autoras

consciencializados o suficiente com os códigos de ética para usá-los ou ter uma opinião sobre eles. Baumann (2019), num outro estudo, chega à conclusão que a maioria dos bibliotecários apresenta falta de conhecimento sobre códigos de ética bem como sobre diretrizes éticas. Esta situação é preocupante porque significa que a promoção da conscientização dos códigos não está a ser suficiente. Sendo importante a comunidade profissional construir e acordar referenciais éticos globalmente aceites para orientarem o plano da ação, é fundamental que esses documentos sejam divulgados, assimilados e servirem como orientadores do exercício em contexto de trabalho real.

No que concerne à segunda questão, onde se inquiria se os códigos de ética fornecem orientações suficientes para lidar com os dilemas éticos nos contextos profissionais, 8 (44,4%) dos respondentes selecionou a opção «não sei», para 7 (38,9%) os códigos oferecem orientações suficiente, enquanto os restantes 3 (16,7%) consideram que os códigos não dão orientações suficientes (cf. Tabela 3). Estes dados revelam que uma porção significativa dos bibliotecários da amostra optou por não se posicionar face à capacidade de os códigos de ética os apoiarem no seu exercício profissional. Parece-nos que esta constatação reforça a necessidade de formação sobre os códigos de ética, de maneira que os bibliotecários possam formular uma opinião informada sobre a sua utilidade prática. Aliás, os dados que recolhemos são distintos de outros estudos que guiaram a nossa pesquisa, já que nesses os bibliotecários consideram que há uma necessidade de adaptar os códigos de ética à realidade dos bibliotecários.

Tabela 3. Códigos de ética fornecem orientações

	N (%)
Sim	7 (38,9)
Não	3 (16,7)
Não sei	8 (44,4)

Fonte: Elaborado pelas autoras

No estudo de Snow e Shoemaker (2020), os bibliotecários revelam que há valores e princípios mais importantes no dia-a-dia do bibliotecário que não estão evidenciados nos códigos de ética. CannCasciato (2011) chegou à conclusão que os bibliotecários acham que reclassificar prejudica os princípios dos códigos de ética. A obra de Baumann (2019) verifica que há, por parte dos bibliotecários, uma necessidade de ajustar alguns códigos de ética com menos ênfase na neutralidade e com maior foco na capacitação dos bibliotecários para servir a comunidade. Já no trabalho de Moody (2020), 28% dos bibliotecários revelam que as suas crenças pessoais entram muitas vezes em conflito com a posição dos códigos de ética e que, por esse motivo, consideram os códigos de ética insuficientes.

A terceira questão é relativa ao grau de importância dos valores presentes nos códigos de ética. Os valores que reuniram a maior média (4,7) foram: Direitos Humanos, profissionalismo, acesso à informação. Em contrapartida, o valor com a média mais baixa (4,2) é o respeito pela sustentabilidade (cf. Tabela 4). Estes resultados são semelhantes aos dados recolhidos na revisão da literatura, onde se verifica que os bibliotecários também consideram o acesso à informação e a qualidade de serviço como os valores principais.

Tabela 4. Grau de importância dos valores presentes nos códigos

	Média (N)	Moda (N)	1	2	3	4	5
			N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Direitos Humanos	4,7	5	1 (5,5)	1 (5,5)	2 (11,1)	3 (16,7)	12 (66,7)
Respeito pela Sustentabilidade	4,2	5	0 (0)	1 (5,5)	2 (11,1)	8 (44,4)	7 (37,9)
Liberdade Intelectual	4,5	5	0 (0)	1 (5,5)	1 (5,5)	4 (22,2)	12 (66,7)

(continua na página seguinte)

	Média (N)	Moda (N)	1	2	3	4	5
			N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Responsabilidade Social	4,3	5	0 (0)	1 (5,5)	2 (11,1)	5 (27,8)	10 (55,6)
Profissionalismo	4,7	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	2 (11,1)	15 (83,3)
Acesso à Informação	4,7	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	2 (11,1)	15 (83,3)
Defesa do Acesso Aberto	4,6	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	3 (5,6)	14 (77,8)
Compromisso com a Literacia da Informação	4,6	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	5 (27,8)	12 (66,7)
Privacidade e Confidencialidade	4,6	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	5 (17,8)	12 (66,7)
Qualidade do Serviço	4,8	5	0 (0)	0 (0)	1 (5,5)	2 (11,1)	15 (83,3)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em pesquisas sobre os valores considerados importantes pelos bibliotecários, Dole, Hurych e Koehler (2000) e Dole e Hurych (2001) constataram que a neutralidade profissional é classificada como um dos valores menos importantes, enquanto o serviço e o acesso à informação são classificados como os valores mais importantes. No estudo de Keselman, Smith e Hundal (2014), os bibliotecários relatam ter vivenciado uma tensão entre a sua dedicação com a neutralidade e outros valores presentes nos códigos de ética, nomeadamente em relação à qualidade de serviço e ao acesso à informação. Já no estudo de McEnroe (2024), o acesso à informação foi o valor melhor classificado, seguido da responsabilidade social.

Mesmo não sendo a neutralidade um dos valores mais pontuados, é relevante saber como é definida pelos bibliotecários. Este foi o objetivo da quarta questão. Todos os respondentes (18 = 100%) em algum momento da sua resposta consideraram que a neutralidade é ser imparcial e neutro, é não tomar uma posição, é garantir que o recurso seja descrito de forma justa. Estes resultados são similares aos estudos que serviram de base para a comparação, nos quais os bibliotecários se referem à neutralidade como ser imparcial e não tomar partido, apesar de nesses estudos assumirem uma posição crítica sobre a prática da neutralidade na representação de assuntos.

No estudo de McEnroe (2024), a maioria (78%) definiu a neutralidade como «não tomar partido» e «deixar de lado preconceitos, julgamentos ou opiniões pessoais». No mesmo estudo, uma percentagem significativa (33%) expressa algum tipo de sentimento negativo em relação à neutralidade como sejam «a neutralidade é impossível». Já no estudo de Scott e Saunders (2021), cerca de 68% dos bibliotecários

dos EUA definiram neutralidade como ser objetivo quando se proporciona o acesso à informação contudo, neste estudo, também se verificou, nas respostas abertas, que os bibliotecários têm uma opinião negativa em relação à neutralidade, por exemplo indicando que «a neutralidade nas bibliotecas é uma falácia» ou que «a neutralidade apoia as desigualdades».

Na quinta questão, era solicitado aos respondentes que indicassem o seu grau de concordância relativamente a seis afirmações alusivas à neutralidade. A afirmação «A neutralidade é um valor profissional importante no exercício profissional em serviços de informação (bibliotecas, centros de documentação, etc.)» apresenta a média de Likert mais elevada (4,6), mas com um valor muito próximo (4,5) da afirmação «A neutralidade consiste em não tomar partido relativamente a uma questão/assunto» (cf. Tabela 5). Estes resultados são distintos relativamente a outros dos estudos, já que nesses os bibliotecários sentem que a neutralidade, enquanto valor profissional, é um mito.

Tabela 5. Grau de concordância com as afirmações

	Média (N)	Moda (N)	1	2	3	4	5
			N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
A neutralidade é um valor profissional importante no exercício profissional em serviços de informação (bibliotecas, centros de documentação, etc.)	4,6	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	5 (27,7)	12 (66,7)
A neutralidade é possível na representação dos assuntos dos recursos de informação	3,7	4	0 (0)	1 (5,5)	6 (33,3)	8 (44,4)	3 (16,7)
A neutralidade consiste em não tomar partido relativamente a uma questão/assunto	4,5	5	0 (0)	1 (5,5)	0 (0)	6 (33,3)	11 (61,1)
Ser neutral é ser objetivo	3,6	5	1 (0)	3 (5,5)	3 (16,7)	3 (16,7)	8 (44,4)
Ser neutral é não ter nem expressar preconceito(s)	4,3	5	0 (0)	1 (5,5)	2 (11,1)	5 (17,7)	10 (55,5)
Ser neutral é não expressar opiniões	3,6	4 e 5	3 (0)	1 (5,5)	2 (11,1)	6 (33,3)	6 (33,3)

Fonte: Elaborado pelas autoras

O estudo de Mathiasson e Jochumsen (2023) aborda o conceito de neutralidade a partir das palestras e debates do simpósio *Post-neutrality Librarianship* que ocorreu em 2021. Nestes debates, a maioria dos bibliotecários argumenta que ser bibliotecário não é ser neutro ou passivo, é ser um agente de mudança positiva radical dentro da sua comunidade (Mathiasson e Jochumsen 2023). Já no estudo de John Wenzler (2019), a percepção dos bibliotecários é setorizada segundo três pontos de vista: (i) a dicotomia

de passivo *versus* ativo, que se baseia na ideia de que manter uma postura profissional de imparcialidade prejudica a capacidade dos bibliotecários para defender a justiça social; (ii) a plausibilidade da neutralidade, onde se afirma que a neutralidade da biblioteca é um mito que esconde um preconceito; (iii) a responsabilidade moral entra em conflito com a neutralidade, pois respostas neutras a questões vitais comprometem a relevância da biblioteca na sociedade contemporânea.

A sexta questão destinava-se a apurar as principais dificuldades para concretizar a neutralidade na representação de assunto. Para 15 (83,3%) dos respondentes a principal dificuldade são os vieses pessoais do catalogador, seguida das limitações dos sistemas de classificação existentes com 14 (77,8%) respondentes (cf. Tabela 6). Estes resultados são coincidentes com os trabalhos analisados na revisão da literatura, já que nesses estudos se destacam os sistemas de classificação e as estruturas políticas como entrave para a concretização da neutralidade na representação de assuntos.

Tabela 6. Principais dificuldades para concretizar a neutralidade

	N (%)
Vieses pessoais do catalogador	15 (83,3)
Limitações dos sistemas de classificação existentes	14 (77,8)
Pressões institucionais	7 (38,9)
Evolução rápida da terminologia	12 (66,7)
Diversidade cultural e linguística dos utilizadores	8 (44,4)
Mudanças sociais (culturais, costumes, políticas, etc)	11 (61,1)
Outro	2 (11,1)

Fonte: Elaborado pelas autoras

De acordo com Martin (2021), todos os sistemas de classificação refletem os preconceitos da cultura que os criou, considerando que a verdade universal é sempre construída pela sociedade em que existe e, por esse motivo, é sempre condicionada ao contexto dessa sociedade. Olson (2009) complementa identificando dois problemas com os sistemas de classificação: i) falta de linguagem inclusiva; ii) suposições tendenciosas em relação ao sexo. Gibson et al. (2017) afirmam que as estruturas políticas e organizacionais não priorizam o trabalho que é necessário para fornecer acesso responsável, equitativo e inclusivo à informação.

A sétima questão focou-se no papel da representação do assunto na promoção da justiça social e da equidade. Para 10 (55,6%) respondentes a representação de assuntos é muito importante para a promoção da justiça social e da equidade (cf. Tabela 7). Estes resultados demonstram uma preocupação por parte dos bibliotecários na promoção da justiça social.

Tabela 7. Papel da representação do assunto na promoção da justiça social e da equidade

	N (%)
Muito importante	10 (55,6)
Importante	6 (33,3)
Neutro	2 (11,1)
Pouco importante	0 (0)

Fonte: Elaborado pelas autoras

A obra de Del Mar (2021) fornece dados de um estudo cujo objetivo era perceber se os utilizadores das bibliotecas se sentem representados, concluiu que uma parte significativa, sobretudo os utilizadores LGBTQ+, não se sente representada nas bibliotecas. Desta forma, a ideia da biblioteca como um espaço representativo e equitativo é questionável.

A oitava questão relaciona-se com solicitações de utilizadores para reclassificar/reindexar temáticas que eles consideram estar representadas de modo ofensivo. A quase totalidade dos respondentes 17 (94,5%) indicou nunca ter recebido solicitações nesse sentido. Contudo, é relevante transcrever duas afirmações deixadas pelos participantes: «Não que tenha conhecimento, mas talvez no passado, nota-se na lista de termos controlados um cuidado para o uso de certos termos em detrimento de outros que por vezes são mais utilizados. É o caso do termo “descobrimentos”, inexistente no léxico, em lugar deste usa-se o termo “expansão”» e «Não, as únicas solicitações foram no sentido de alterar a arrumação das obras de forma que estivessem mais acessíveis a um determinado tipo de utilizador (discentes de mestrados)». O único respondente a responder afirmativamente à pergunta 8 declara: «Sim. Relativamente à CDU, já recebemos solicitações de utilizadores, nomeadamente docentes, para alterar a classificação que foi atribuída a determinada obra por considerarem que a mesma se enquadrava melhor numa temática diferente daquela em que estava inserida (ex.: em vez de uma obra estar na medicina alternativa, deveria estar na psicologia)» (cf. Tabela 8). Estes resultados divergem de outros estudos, onde se verifica que os

bibliotecários, estão a apelar para que as bibliotecas procedam as respetivas correções das entradas de assuntos e respetiva classificação dos catálogos.

Tabela 8. Solicitações de utilizadores para reclassificar

	N (%)
Não	17 (94,5)
Sim	1 (5,5)

Fonte: Elaborado pelas autoras

O estudo de Martin (2021) identificou na Lista de Cabeçalhos por Assunto da Biblioteca do Congresso o termo «imigrantes ilegais», o que deu origem a diversos apelos para a sua correção. Em 2021, a referida Biblioteca procedeu à mudança para «Imigração não autorizada».

A nona questão procurava averiguar se algum bibliotecário tinha modificado conscientemente uma entrada no catálogo para a tornar mais inclusiva. Verificou-se que 10 (55,5%) respondentes nunca modificaram uma entrada no catálogo e 7 (38,9%) dos respondentes afirmaram já o ter feito ocasionalmente (cf. Tabela 9).

Tabela 9. Alteração de entrada no catálogo

	N (%)
Sim, frequentemente	0 (0)
Sim, ocasionalmente	7 (38,9)
Não, nunca	10 (55,5)
Não tenho a certeza	1 (5,6)

Fonte: Elaborado pelas autoras

A décima questão procurava verificar se a biblioteca tem ou tenciona adotar alguma estratégia para lidar com os enviesamentos dos sistemas de classificação. As respostas revelam que 4 (22,2%) dos respondentes afirmaram adotar estratégias neste sentido, enquanto 13 (72,2%) indicaram que a biblioteca não adota este tipo de estratégias, apenas 1 (5,6%) afirmou que a biblioteca tenciona adotar.

Na literatura científica, Edge (2019) elenca algumas possibilidades para contornar as fragilidades dos sistemas de classificação como seja o recurso à indexação,

criar dentro das bibliotecas um setor de pedagogia da organização do conhecimento, apontando para um diálogo com os utilizadores de forma a explicar como a coleção está organizada, ou ainda a criação de ontologias e taxonomias alternativas, combinadas com os catálogos online existentes.

A décima primeira questão abordava o equilíbrio entre a objetividade e a precisão com questões culturais e sociais sensíveis. As respostas variam entre indexar de forma mais séria possível; usar a sensibilidade e o bom senso; a representação não estar sujeita a influências de correntes ideologias; indexar de forma neutra; utilizar uma linguagem neutra e inclusiva; ser imparcial; abordagem consciente das questões culturais e sociais sensíveis; representação fiel dos conteúdos.

Em relação à décima segunda questão, se os sistemas de classificação atuais (no caso da UC, a Classificação Decimal Universal) são adequados para representar a diversidade de conhecimento e perspetivas globais, 5 (27,8%) respondentes afirmaram que os sistemas de classificação são adequados, enquanto 12 (66,7%) consideraram que os sistemas de classificação não são adequados, porque não representam toda a diversidade de temáticas, e 1 (5,5%) indicou não ter conhecimento suficiente para opinar. Estes resultados estão em sintonia com os dados recolhidos na revisão da literatura, já que nesses estudos os autores afirmam que os sistemas de classificação representam a cultura de uma determinada época e contexto e, por esse motivo, deixam de parte grupos menos valorizados.

Num dos seus trabalhos, Martinez Avila e Guimarães comentam que os sistemas de classificação, como a Classificação Decimal de Dewey, foram criados no final do século XIX com base na literatura existente nos Estados Unidos, e por esse motivo refletem, segundo os autores, uma visão branca, dominada por homens, colonial, cristã (Martinez Avila e Guimarães 2013). Pena acrescenta que os sistemas de classificação refletem normas culturais que são prejudiciais a povos e culturas não dominantes como pessoas LGBTQ+, minorias raciais e étnicas, minorias religiosas e pessoas de países não ocidentais (Pena 2022).

Na décima terceira questão, perguntava-se se os aspetos éticos da representação de assunto deveriam receber mais atenção na formação de novos bibliotecários. Um dos respondentes não considerou ser um tema pertinente, outro indicou não ter conhecimento suficiente para opinar, e os restantes 16 (88,9%) consideraram ser um assunto pertinente para ser abordado na formação académica, uma vez que a sociedade está em constante mudança. Estes resultados estão alinhados com outros estudos onde os bibliotecários também concordam em dar mais relevo a esta temática durante a formação académica.

No estudo de Kendrick e Leaver (2011), 87% dos bibliotecários relataram ter recebido formação académica sobre a ética e os seus desafios. Em contrapartida, no estudo de Schroeder e Hollister (2014), 50% dos inquiridos sentiram que a formação

académica não abordou os dilemas éticos. Evjen aborda este tema enfatizando que a licenciatura em Biblioteconomia deve preparar os seus alunos para os potenciais conflitos e dilemas que podem enfrentar como bibliotecários, incluindo questões de diversidade, responsabilidade social e inclusão (Evjen 2021).

A décima quarta questão procurava verificar a frequência de ações de formação profissional (*workshops*, seminários, etc.) relacionadas com aspectos éticos da profissão, em especial na área da representação de assunto. A maioria dos respondentes (55,6%) dos respondentes indicou que não frequenta ações de formação porque considera que não há oferta nesta área, já 6 (33,3%) afirmaram que frequentam (cf. Tabela 10).

Tabela 10. Frequência em *Workshops*

	N (%)
Sim	6 (33,3)
Não, porque é um assunto pouco pertinente	2 (11,1)
Não, porque não há oferta de ações de formação nessa área	10 (55,6)

Fonte: Elaborado pelas autoras

CONCLUSÃO

Os SOC desempenham um papel crucial na estruturação e disseminação da informação, mas enfrentam críticas significativas relacionadas à neutralidade, preconceitos culturais e limitações epistemológicas. O movimento da catalogação crítica surge como resposta a essas questões, desafiando a ideia de neutralidade absoluta e propondo práticas mais equitativas e representativas. No entanto, alcançar um equilíbrio entre inclusão e viabilidade prática é um desafio para bibliotecas e para os profissionais da informação.

Relativamente ao inquérito por questionário realizado aos profissionais das bibliotecas da UC podemos retirar breves conclusões:

1. Os bibliotecários demonstraram um conhecimento razoável sobre os códigos de ética nacionais e internacionais, como o da BAD e o Código da IFLA.
2. A neutralidade foi amplamente reconhecida como um princípio importante, mas difícil de alcançar. Muitos profissionais consideram que a neutralidade pode contribuir para a imparcialidade e inclusão na representação de assuntos. No entanto, também foi levantada a preocupação de que ela pode perpetuar preconceitos já presentes nos sistemas de classificação.

3. Os bibliotecários enfrentam desafios ao equilibrar as suas convicções pessoais com a necessidade de adotar uma postura ética e imparcial.
4. Os resultados sugerem que há uma necessidade premente de formação contínua para os bibliotecários, tanto no que diz respeito à aplicação prática dos códigos de ética quanto ao desenvolvimento de competências críticas.
5. O inquérito revelou que os profissionais estão cientes da importância do debate crítico sobre práticas de catalogação e organização do conhecimento. Existe um reconhecimento geral da necessidade de repensar abordagens tradicionais para promover uma maior equidade e inclusão.

Este estudo procura contribuir para o debate sobre a relevância da neutralidade na catalogação, propondo uma reflexão sobre as práticas vigentes e os desafios éticos enfrentados pelos bibliotecários. Pode ser encarada como uma investigação preliminar que aponta para a necessidade de futuras linhas de pesquisa que aprofundem o impacto das práticas críticas de catalogação e explorem estratégias viáveis para contornar os vieses nos sistemas de classificação.

Dados das respostas ao inquérito por questionário

SANTOS, I., A. L. TERRA, e L. E. GOMES, 2025. *Respostas ao inquérito por questionário aos bibliotecários da UC*. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15830037>.

REFERÊNCIAS

- ADLER, M., 2017. Classification Along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks. *Journal of Critical Library and Information Studies* [Em linha]. **1**(1) [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i1.17>.
- ADLER, M., e L. M. HARPER, 2018. Race and Ethnicity in Classification Systems: Teaching Knowledge Organization from a Social Justice Perspective. *Library Trends* [Em linha]. **67**(1), 52-73 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2018.0025>.
- BAUMANN, N., 2019. *Current stance of public librarians on the issue of neutrality and its practicality* [Em linha] [consult. 2025-02-13]. Disponível em: https://www.academia.edu/61718607/Current_stance_of_public_librarians_on_the_issue_of_neutrality_and_its_practicality.
- BERMAN, S., 1971. *Prejudices and Antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People* [Em linha]. Londres: McFarland & Company [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://www.sanfordberman.org/prejant/prejant.pdf>.
- BILLEY, A., e E. DRABINSKI, 2019. Questioning Authority: Changing Library Cataloging Standards to Be More Inclusive to a Gender Identity Spectrum. *TSQ: Transgender Studies Quarterly* [Em linha]. **6**(1), 117-123 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/23289252-7253538>.
- CANNASCIATO, D., 2011. Ethical Considerations in Classification Practice: A Case Study Using Creationism and Intelligent Design. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. **49**(5), 408-427 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.589221>.
- CATALOGING ETHICS STEERING COMMITTEE, 2021. *Cataloguing Code of Ethics* [Em linha] [consult. 2025-02-13]. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1IBz7nXQPfr3U1P6Xiar9cLAkzoNX_P9fq7eHvzfSlZ0/edit?usp=sharing.

- CHAIKHAMBUNG, J., e K. TUAMSUK, 2017. Knowledge Classification on Ethnic Groups in Thailand. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. 55(2), 89-104 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1271074>.
- COLBERT, J. L., 2017. *Comparing Library of Congress subject headings to keyword searches involving LGBT topics: a pilot study* [Em linha]. Dissertação de mestrado, University of Illinois Urbana-Champaign, Illinois [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/97437>.
- DEL MAR, K., 2021. Public sphere institutions or safe spaces — can libraries be both? Em: *New Librarianship Symposia. Symposium 1: Post-Neutrality Librarianship, 2021* [Em linha] [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://scholarcommons.sc.edu/newlibrarianshipsymposia/newlibrarianshipsymposia/post-neutrality/14>.
- DIAO, J., e H. CAO, 2016. Chronology in Cataloging Chinese Archaeological Reports: An Investigation of Cultural Bias in the Library of Congress Classification. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. 54(4), 244-262 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2016.1150931>.
- DOLE, W. V., e J. M. HURYCH, 2001. Values for librarians in the information age. *Journal of Information Ethics*. 10(2), 38-50 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DOLVFL>.
- DOLE, W. V., J. M. HURYCH, e W. C. KOEHLER, 2000. Values for librarians in the information age: an expanded examination. *Library Management* [Em linha]. 21(6), 285-297 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01435120010327597>.
- DRABINSKI, E., 2013. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. *The Library Quarterly* [Em linha]. 83(2) [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10/f4rjgb>.
- DUDLEY, M., 2020. Exploring worldviews and authorities: Library instruction in Indigenous Studies using Authority is Constructed and Contextual. *College & Research Libraries News* [Em linha]. 81(2) [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/crln.81.1.66>.
- DUDLEY, M. Q., e J. WRIGHT, 2022. The Role of Multidimensional Library Neutrality in Advancing Social Justice: Adapting Theoretical Foundations from Political Science and Urban Planning. *Journal of Intellectual Freedom & Privacy* [Em linha]. 7(3), 13-24 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/jifp.v7i3.7840>.
- EDGE, S. J., 2019. A Subject «Queer»-y: A Literature Review on Subject Access to LGBTIQ Materials. *The Serials Librarian* [Em linha]. 75(1-4), 81-90 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2018.1556190>.
- EVJEN, S., 2021. Building bridges: The role of the relational librarian. Em: *New Librarianship Symposia Series: Fall 2021, Symposium 1: Post-Neutrality Librarianship, 2021* [Em linha] [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://scholarcommons.sc.edu/newlibrarianshipsymposia/newlibrarianshipsymposia/post-neutrality/11>.
- FOSKETT, A. C., 1971. Misogynists All: A Study in Critical Classification. *Library Resources and Technical Services* [Em linha]. 15(2), 117-121 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ041194>.
- FROEHLICH, T. J., 2022. Business as Usual in Libraries. *Journal of Information Ethics* [Em linha]. 31(2), 118-137 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/JIE.31.2.118>.
- GIBSON, A., et al., 2017. Libraries on the Frontlines: Neutrality and Social Justice. *Libraries* [Em linha]. 99 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://commons.lib.jmu.edu/letfspubs/99>.
- GILLIS, R., 2023. Changing Tides: A Critical Reflection on Neutrality and Antiracism in LIS. *The Serials Librarian* [Em linha]. 84(1-4), 22-25 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2023.2192021>.

- HADI, W. M. E., 2019. Cultural Frames of Ethics, a Challenge for Information and Knowledge Organization. *Zagadnienia Informacji Naukowej – Studia Informacyjne* [Em linha]. **57**(2), 23-39 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.36702/zin.452>.
- HIGGINS, M., 2016. Totally Invisible: Asian American Representation in the Dewey Decimal Classification, 1876-1996. *Knowledge Organization* [Em linha]. **43**(8), 609-621 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://article.imrpress.com/journal/KO/43/8/10.5771/0943-7444-2016-8-609/8cb6460b0af37ddd90425d359d66db49.pdf>.
- HJØRLAND, B., 2020. Political versus Apolitical Epistemologies in Knowledge Organization. *Knowledge Organization* [Em linha]. **47**(6), 461-485 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2020-6-461>.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2019. *Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação* [Em linha] [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/faife/codesofethics/portuguesecodeofethicsfull.pdf>.
- KENDRICK, K. D., e E. LEAVER, 2011. Impact of the code of ethics on workplace behavior in academic libraries. *Journal of Information Ethics* [Em linha]. **20**(1), 86-112 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.3172/JIE.20.1.86>.
- KESELMAN, A., C. A. SMITH, e S. HUNDAL, 2014. Library workers' personal beliefs about childhood vaccination and vaccination information provision. *Journal of the Medical Library Association* [Em linha]. **102**(3), 205-210 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.3163/1536-5050.102.3.012>.
- LUO, L., 2016. Ethical issues in reference: An in-depth view from the librarians' perspective. *Reference and User Services Quarterly* [Em linha]. **55**(3), 189-198 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/rusq.55n3.188>.
- MARTIN, J. M., 2021. Records, Responsibility, and Power: An Overview of Cataloging Ethics. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. **59**(2-1), 281-304 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1871458>.
- MARTINEZ AVILA, D. M., e J. A. C. GUIMARÃES, 2013. Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. *Scire: Representación y Organización Del Conocimiento* [Em linha]. **19**(2), 21-26 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.54886/scire.v19i2.4081>.
- MATHIASSEN, M. H., e H. JOCHUMSEN, 2023. The Soup We are In – Reflections on Post-Neutrality Librarianship. *Public Library Quarterly* [Em linha]. **42**(6), 602-621 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01616846.2022.2149017>.
- MCENROE, E. J., 2024. Conflicts of neutrality: Exploring definitions, values, and practices among Canadian academic librarians. *The Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. **50**(6), 102958 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.102958>.
- MCPHERSON, G. E., et al., 2019. Applying self-regulated learning microanalysis to study musicians' practice. *Psychology of Music* [Em linha]. **47**(1), 18-32 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305735617731614>.
- MOODY, K., 2020. Censorship by Queensland Public Librarians: Philosophy and Practice. *Australasian Public Libraries and Information Services* [Em linha]. **17**(4), 168-185 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.3316/ielapa.919206831047161>.
- OLSON, H. A., 2009. Mapping Beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for Marginalized Knowledge Domains. *Library Trends* [Em linha]. **47**(2), 233-254 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4817546.pdf>.

- OLTMANN, S., et al., 2023. Neutrality in library and information ethics: a debate in alternative foundations. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology* [Em linha]. **60**(1), 821-824 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pra2.869>.
- PENA, R. A., 2022. Cataloguing Ethics: a world overview and a focus on Portugal: literature review. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas* [Em linha] [consult. 2025-11-13]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/paginasab/article/view/11628>.
- PRETORIUS, L., 2024. Demystifying Research Paradigms: Navigating Ontology, Epistemology, and Axiology in Research. *The Qualitative Report* [Em linha] [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2024.7632>.
- RANGANATHAN, S. R., 1937. *Prolegomena to library classification* [Em linha]. Londres: Edward Goldston [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <http://archive.org/details/in.gov.ignca.7074>.
- SCHROEDER, R., e C. V. HOLLISTER, 2014. Librarians' Views on Critical Theories and Critical Practices. *Behavioral and Social Sciences Librarian* [Em linha]. **33**(2), 91-119 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639269.2014.912104>.
- SCOTT, D., e L. SAUNDERS, 2021. Neutrality in public libraries: How are we defining one of our core values? *Journal of Librarianship and Information Science* [Em linha.] **53**(1), 153-166 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000620935501>.
- SNOW, K., e B. SHOEMAKER, 2020. Defining Cataloging Ethics: Practitioner Perspectives. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. **58**(6), 533-546 [consult. 2025-02-13] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.179.5767>.
- VICENTE, P., et al., 2024. Prejudice but no pride: The Portuguese Universal Decimal Classification's labelling of sexual orientation. *IFLA Journal* [Em linha]. **50**(1), 108-117 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03400352231205712>.
- WENZLER, J., 2019. Neutrality and Its Discontents: An Essay on the Ethics of Librarianship. *Portal: Libraries and the Academy* [Em linha]. **19**(1), 55-78 [consult. 2025-02-13]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/715615>.